

OAB vai processar Divaldo Suruagy

CÁSSIA OLIVEIRA
AGÊNCIA JB

23 NOV 1996

MACEIÓ — Após passar a semana negando ter conhecimento sobre a legitimidade da portaria 1.928-A, uma das exigências para a negociação das Letras do Tesouro de Alagoas, contendo a assinatura falsificada do ex-presidente Fernando Collor, quando governador do Estado, Divaldo Suruagy (PMDB) confirmou, ontem, que a portaria é falsa e enganou o Banco Central e o próprio Senado Federal, que consideraram o documento legítimo ao aprovarem a operação financeira. Suruagy, no entanto, afirmou desconhecer a origem da fraude, jogando a responsabilidade sobre a elaboração e obtenção de documentos sobre o Banco Divisa, que

realizou a negociação. O argumento, porém, não convenceu a Ordem dos Advogados de Alagoas, que entrará, na quarta-feira, com um pedido de impeachment de Suruagy e seu vice, Manoel Gomes de Barros (PTB).

Suruagy disse que pediu provisões ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado e à Polícia Federal para apurar as irregularidades da operação e punir os culpados. Disse também que houve erro de interpretação do deputado federal Moacir Andrade (PPB), que o acusa de ter tentado "conduzi-lo a praticar uma fraude", ao pedir-lhe que assinasse à portaria necessária sem uma data retroativa para dar legitimidade à operação com as Letras do Tesouro de Alagoas.